



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

DECLARAÇÃO COMUM DO PARTIDO COMUNISTA DE ESPANHA E DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Na primeira quinzena de Dezembro de 1965, teve lugar um encontro fraternal entre uma delegação do Partido Comunista de Espanha, presidida pelo camarada Santiago Carrillo e outra do Partido Comunista Português, presidida pelo camarada Álvaro Cunhal.

No decurso do encontro, ambas as delegações trocaram informações sobre a situação

dos países respectivos e a luta da classe operária, das massas populares e das forças da oposição, assim como acerca da actividade e orientação que ambos os partidos mantêm, frente às ditaduras de Franco e Salazar. As duas delegações mostraram uma compreensão profunda e sem reservas sobre as condições específicas da evolução da situação tanto em Portugal como em Espanha, condições específicas que determinam as particularidades da tática e da linha política de cada um dos dois Partidos. As delegações portuguesa e espanhola expressaram a sua satisfação pelos êxitos alcançados até agora pelos Partidos Comunistas, pela classe operária e as forças democráticas dos respectivos países e concordaram sobre a necessidade de desenvolver e ampliar a colaboração recíproca, sem prejuízo da independência e das características particulares dos dois movimentos. A este respeito, a discussão pôs em relevo a grande amizade e compreensão entre o Partido Comunista de Espanha e o Partido Comunista Português.

Estas mesmas características foram confirmadas no exame da situação internacional. As duas delegações concordaram que a tarefa mais urgente para as forças do movimento comunista e operário mundial e para todas as forças anti-imperialistas e da paz é o apoio à heróica luta travada pelo povo do Vietnã contra os bárbaros agressores norte-americanos. Também estiveram de

(continua na 2.ª pág.)

CONTRA A POLÍTICA FINANCEIRA SALAZARISTA

UNIDADE ORGANIZAÇÃO ACÇÃO

Para a concretização da sua política financeira o governo salazarista procede a um novo aumento de impostos e contribuições, reclama pulso livre para a cobrança de outras cargas fiscais destinadas à guerra colonial, continua a hipoteca do país aos capitalistas estrangeiros, aumenta o recurso ao crédito externo, subvenciona com os dinheiros do povo os monopólios capitalistas. A política financeira do governo pesa enormemente sobre a vida da classe operária, provocando o aumento da exploração, da miséria e das privações que atingem o povo português, esmagando com impostos os sectores vitais do país asfixia as classes médias, contribui para o atraso geral da Nação.

Um orçamento virado para a guerra colonial

«Durante o ano de 1966 continuará a ser dada prioridade aos encargos com a defesa da Nação» — afirma a Lei de Meios.

Portugal é, proporcionalmente, o país que mais dinheiro gasta com as despesas militares. Perto de 50 por cento das verbas do orçamento são aplicadas para fins de guerra e de repressão.

Por esse motivo só as receitas ordinárias para 1966 aumentaram em 1 milhão 194 mil contos em relação ao ano anterior.

As despesas extraordinárias, consumidas em grande parte com a guerra colonial, os compromissos da NATO e a repressão passaram de 3 milhões 654 mil contos em 1961 — o ano do início da guerra de Angola — para 6 milhões 383 mil e 800 contos em 1966.

Os gastos militares, oficialmente declarados no Orçamento do ano em curso, assinalam um aumento de perto de meio milhão de contos em relação ao ano transacto.

O saldo do orçamento de 1965, no valor de 1 milhão 792 mil e 200 contos destina-se na sua quase totalidade às despesas da guerra em África.

A par das verbas com os gastos militares, o governo despendeu, em empréstimos e donativos para as colónias, mais 1 milhão 970 mil contos, durante o ano de 1964, o que representa um aumento de 33 por cento, comparativamente a 1963.

O estado fascista caucionou

ainda empréstimos de companhias capitalistas coloniais no estrangeiro em 1964, no valor de 840 mil contos, ou seja quase o dobro do valor registado no ano anterior

Uma política financeira ao serviço do grande capital

Processa-se o desenvolvimento vertiginoso dos grandes bancos, que desempenham na vida nacional uma acção determinante. O (continua na 2.ª pág.)

SAUDAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DO VIETNAM

De uma das zonas mais dramáticas do mundo, do Vietnã heróico, em luta contra os agressores americanos, o VI Congresso do Partido Comunista Português recebeu uma inoidável mensagem: a mensagem do glorioso Partido dos Trabalhadores do Vietnã.

Eis o que diz essa mensagem:

«Queridos camaradas: Ao realizar-se o VI Congresso do P.C.P., em nome de todos os membros do Partido dos Trabalhadores do Vietnã e do povo vietnamita, temos a honra de enviar ao P.C.P., à classe operária e ao povo trabalhador de Portugal as nossas calorosas saudações.

Desejamos à classe operária e ao povo trabalhador de Portugal, os maiores sucessos na sua luta contra a dominação dos monopólios americanos e o domínio imperialista de outros países, contra o regime arbitrário e fascista de Salazar, pela vitória da revolução democrática e nacional.

Aproveitemos esta ocasião para agradecer ao P.C.P., à classe operária e a outras camadas da população de Portugal o seu caloroso apoio à nossa luta contra os agressores imperialistas, pela defesa do Vietnã do Norte, pela libertação do Vietnã do Sul, pela independência nacional, pela libertação da nossa Pátria, pela salvaguarda da Paz. Desejamos ao vosso Congresso os maiores êxitos.

Assina: O Comité Central do Partido dos Trabalhadores do Vietnã

Tal como se afirma na resolução do VI Congresso, o P.C.P. continuará multiplicando os seus esforços para que a classe operária, os trabalhadores, os democratas, os patriotas, os partidários da Paz de Portugal intensifiquem as acções de solidariedade para com o heróico povo vietnamita.

A ÚNICA ALTERNATIVA PARA A GUERRA COLONIAL

Há cinco anos que se iniciou a luta libertadora em Angola. A 4 de Fevereiro, sob a direcção do M.P.L.A., os patriotas angolanos pegaram em armas para sacudir o jugo colonial.

Com o objectivo de esmagar a insurreição nascente, Salazar estabeleceu a famosa ponte aérea entre Lisboa e Luanda. Navios

carregados de tropas partiram, em curtos intervalos para o novo teatro da luta.

Em palavras a insurreição foi esmagada. Na realidade ela perdura em pleno coração de Angola e não há forças que a detenham, apesar do napalm, das bombas destruidoras e do emprego em larga escala de outras armas

mortíferas.

Hoje não é apenas Angola que resiste. A luta de libertação ganhou há muito a Guiné, estendeu-se a Moçambique.

Contra os povos em luta o colonialismo português estabeleceu a lei da guerra, semeou os morticínios mais replentes, a mais selvática repressão. O colonialismo pretende perdurar a todo o custo. Mas o seu desmoronamento é por demais evidente.

Os povos de Angola, Guiné e Moçambique não contam apenas com as suas forças. Contam com a solidariedade e apoio da classe operária e do povo português, que se opõem abertamente à opressão e à guerra colonial. Contam igualmente com a solidariedade activa dos países socialistas, com a União Soviética à cabeça.

O colonialismo português mostra-se disposto a resistir, ao preço da vida na nossa juventude, dos haveres do nosso povo, das lágrimas de muitas mães, do des-

(continua na 2.ª pág.)

IMPULSIONAR E ORGANIZAR MELHOR AS LUTAS DE MASSAS EM CURSO

Os movimentos reivindicativos da classe operária, as lutas por aumento de salários, contra as multas e castigos, por novos contratos colectivos, contra os ritmos infernais de produção, contra o aumento do custo de vida, contra a guerra colonial e o fascismo, pela democracia e pela Paz não podem parar sob pena de se acentuar a exploração e a miséria da classe operária, de se perpe-

tuar o regime fascista, defensor dos monopólios, de se condenar a nossa Pátria a um atraso vergonhoso, que nos coloca na escala mais baixa das nações da Europa.

A luta por aumento de salários regista novos êxitos. Foram aumentados os trabalhadores da Nicolas do Barreiro, da Gaz-Cida da Moita, da Cerâmica Lusitânia da mesma localidade. As operá-

rias da Fábrica de Cortiça Alde-miro & Mira, em Alhos Vedros e posteriormente os operários corticeiros da Margem Sul registaram também aumento de salários.

Em toda esta zona industrial outros sectores da classe operária viram igualmente aumentados os seus salários. Tal foi o caso dos operários dos estaleiros de Parry & Son e da Lisnave, dos me-

(continua na 3.ª pág.)

É PRECISO ORGANIZAR A LUTA CONTRA A VIDA CARA

Continua a sentir-se de maneira alarmante a subida do custo da vida. A carne é caríssima, de péssima qualidade e encontrá-la nem sempre é problema fácil. O peixe regista em muitos casos um aumento de preços que vão a 100% e mais, sendo também cada vez mais difícil encontrá-lo no mercado. Os ovos atingem preços que há muito se não verificavam. O bacalhau aparece de tempos a tempos, é caro e insuficiente. As batatas, alimento fundamental das classes pobres, faltam no mercado e custam a 3\$50 o quilo. O arroz, para quem não quiser sujeitar-se a comer pouco mais que «trincas», tem de pagar-se a 8 e 10\$00 o quilo. O mesmo acontece com outros géneros.

O governo, com a colaboração de grande parte da imprensa diária, tenta convencer que a escas-

sez dos géneros o a subida dos preços se devem simplesmente às más condições climatéricas e às manigâncias dos retalhistas e intermediários.

A subida do custo da vida e a escassez dos géneros devem-se às escandalosas negociações dos tubarões da organização corporativa, que têm nas suas mãos o monopólio do mercado, à guerra nas colónias, que permite uma especulação desenfreada, à política de protecção aos monopólios capitalistas nacionais e estrangeiros, da ruína das classes médias e da agricultura nacional, à política de baixos salários, da penetração do capital estrangeiro no nosso país.

Não permitamos que os preços subam, que os géneros escasseiem no mercado. Organizemos por toda a parte a luta contra a vida cara!

Unidade organização acção

(continuação da 1.ª pág.)

governo protege-os e deles recebe protecção. No primeiro semestre de 1965 o montante de capitais das sociedades constituídas atingiu 1 milhão 78 mil e 500 contos ou seja 40 por cento mais do que no mesmo período do ano passado.

A expansão do crédito bancário processou-se à taxa de 4,8 por cento, durante os primeiros seis meses de 1965 ou seja a uma taxa superior à do mesmo período em 1964.

O capital bancário concorreu com cerca de 62 por cento para a elevação dos meios de pagamento.

Quer a Lei de Meios quer o orçamento geral do Estado assinalam novas medidas de protecção ao capital financeiro nacional e de outros países, para que invistam mais capitais na economia portuguesa. Liberalizando a entrada de capitais estrangeiros, facilitando a sua aplicação nos ramos mais rendosos, utilizando o recurso crescente aos empréstimos externos, a política financeira do governo salazarista coloca o nosso país numa dependência cada vez maior das forças monopolistas internacionais, permitindo-lhes que auferam lucros fabulosos à custa de uma exploração mais intensa e de uma miséria acrescida da classe operária e do povo português.

Pela sua participação na Associação Europeia de Comércio Livre, o governo salazarista não facilitou apenas a invasão de produtos estrangeiros no mercado nacional. Ele abriu ainda mais as portas do país aos monopólios capitalistas de outras nações, intensificou a colaboração destes com os monopólios nacionais, cavou mais fundo o abismo que separa a política de Salazar dos verdadeiros interesses da nossa Pátria.

O financiamento do Plano Intercalar, outra forma de protecção

Defensor dos grandes capitalistas, o governo de Salazar não faz pagar aos ricos o que estes podem e devem pagar, mas faz pagar aos pobres o que estes não podem nem devem pagar.

Assim, enquanto os impostos directos, que o povo tem de pagar, passaram de 3.804.000 contos em 1965, para 4 milhões 320 mil contos, em 1966, o imposto sobre rendimentos de capitais, que atinge os grandes capitalistas, passou, no mesmo período de tempo, de 143 mil contos para 150.400 contos ou seja mais 6.600 contos apenas.

Com os dinheiros do orçamento, com os dinheiros do povo, serão subvencionados os empreendimentos capitalistas, englobados no Plano Intercalar de Fomento.

O total das verbas, no ano em curso, destinadas ao Plano em questão, totalizam, para já, 2 milhões 289 mil e 600 contos, pois segundo o próprio espírito da Lei de Meios, novos impostos podem ser cobrados e outras verbas podem ser desviadas, para subsidiar o Plano Intercalar.

Pelo Orçamento Geral do Estado sairá ainda uma dotação de 100 mil contos destinada ao estudo e início dos chamados planos regionais, que outra coisa não são que uma nova forma de acelerar o desenvolvimento capitalista em regiões de real valor económico, fixando aí, com a ajuda financeira do estado fascista, novas indústrias e novas fontes de exploração.

Para subvencionar os empreendimentos capitalistas e a guerra colonial o governo de Salazar tem utilizado largamente o recurso ao crédito externo e interno.

A dívida pública, que o povo paga com novos impostos atingiu já em 1962, 22 milhões e 600 mil contos. Esta dívida, que não cessa de crescer, custa ao país, em juros e outros encargos, mais de um milhão de contos. Segundo o Orçamento Geral do Estado para 1966 esses encargos registaram um aumento de mais 186.400 contos.

E enquanto o estado fascista gasta com os empreendimentos capitalistas 2 milhões 289 mil e 600 contos, gasta com as obras de electrificação rural, com obras de saneamento, habitação, mercados e outras a modestíssima soma de 169 mil e 600 contos.

Unidade, organização, acção

O quadro traçado está longe de ser completo, mas é suficientemente elucidativo. O fascismo continua a sua obra de ruína e de traição. E por que sucede assim? Por que se mantém no poder uma ditadura descredenciada e enfraquecida?

Sustentam-na, é certo, os monopólios capitalistas e os grandes agrários. Apoiam-na as potências imperialistas e as forças da Reacção. Mas o fascismo mantém-se no poder porque as forças democráticas se não uniram suficientemente, não fortaleceram e alargaram a única organização unitária existente — a Frente Patriótica de Libertação Nacional — não forjaram partidos políticos activos, se exceptuarmos o Parti-

DECLARAÇÃO COMUM

(continuação da 1.ª pág.)

acordo com a necessidade de apoiar a luta de todos os movimentos de libertação nacional e social, de pôr fim ao colonialismo e de combater o neocolonialismo. Ambos os Partidos vêem uma relação profunda entre esta tarefa e a luta pela paz e pela coexistência pacífica entre estados com regimes sociais diferentes.

De tudo isto resulta, na concepção do Partido Comunista de Espanha e do Partido Comunista Português, a necessidade de desenvolver uma acção permanente para conseguir superar as dificuldades e divergências que existem no movimento comunista e operário internacional e realizar a mais ampla união das forças operárias, democráticas, anti-imperialistas e favoráveis à paz. O que une os Partidos Comunistas e Operários é muito mais forte do que o que os separa. A luta comum coordenada, contra o imperialismo é uma necessidade urgente para reforçar a ajuda à República Democrática do Vietnam e ao povo do

Vietnam do Sul. Ela é porém, igualmente necessária de maneira constante para apoiar os povos que lutam pela liberdade e independência nacional e para levar por diante, vitoriosamente, as acções coordenadas dos trabalhadores de todo o mundo a favor da paz, da democracia e do socialismo. O P.C.E. e o P.C.P. condenam as actividades cisionistas tanto no movimento comunista e operário internacional como no seio de cada Partido, e enaltecem a necessidade de entrevistas, conversações bilaterais e plurilaterais e iniciativas que sirvam a causa da unidade, incluindo uma Conferência internacional numa conjuntura propícia e com a prévia preparação necessária.

Os dois Partidos consideram indispensável em todo esse trabalho, em toda a perspectiva do desenvolvimento e fortalecimento da Unidade, o respeito mais rigoroso do princípio da igualdade e da independência dos Partidos, da não ingerência de um Partido nos assuntos internos do outro, ao mesmo tempo que o reforço da prática do mútuo apoio e da solidariedade proletária internacional.

As delegações do P.C.E. e do P.C.P. examinaram uma série de problemas práticos concretos da colaboração entre ambos os Partidos e entre os movimentos democráticos dos dois países, encontrando soluções para eles no espírito da mais profunda fraternidade e compenetração. Os laços sólidos que unem os dois Partidos continuarão a reforçar-se e a consolidar-se no futuro.

Dezembro de 1965

A ÚNICA ALTERNATIVA

(continuação da 1.ª pág.)

crédito internacional de Portugal. Para o colonialismo português não há outra solução que não seja a solução militar, que não seja a solução de guerra, porque ele é pela opressão colonial contra as liberdades dos povos.

Mas existe uma outra alternativa, aquela que exprime os interesses dos povos africanos e do povo português: é a alternativa da paz, da independência nacional, do direito dos povos a gerirem os negócios públicos, por sua livre iniciativa e em plena independência.

Essa é a alternativa que defendemos. Essa é a única alternativa justa e por ela vem lutando consequentemente o Partido Comunista.

«Os comunistas portugueses não se poupam a quaisquer sacrifícios — declara-se na saudação do VI Congresso do P.C.P. aos povos das colónias portuguesas — incluindo o da própria vida, para que os povos das colónias portuguesas se libertem do jugo colonial».

EXPLORAÇÃO DESENFREADA NA FÁBRICA ALBA

A albergaria-a-Velha conta com uma grande unidade fabril: a Fábrica Alba, onde trabalham perto de 1.000 operários, empregados e técnicos. Esta empresa metalúrgica, que tem uma posição privilegiada no mercado nacional, paga aos seus operários salários que se quedam na casa dos 40\$00 a 50\$00. Só meia dúzia de trabalhadores — soldados e torneiros — auferem salários mais elevados. Os operários não qualificados ganham de 32\$00 a 37\$00 por dia. Destes magros salários os trabalhadores descontam ainda entre 5 e 10\$00 para a Caixa de Previdência, Sindicato, Fundo de Desemprego, sem contar o que se desti-

na ao Centro para a Alegria no Trabalho, que esse, sendo «voluntário», é retirado do salário sem consulta prévia.

Reina grande descontentamento na Fábrica Alba, entre os trabalhadores. Mas esse descontentamento deve transformar-se em luta organizada. A luta por aumento de salários e contra os descontos é uma luta justa e necessária. É preciso prepará-la. É preciso organizá-la. Os patrões da Fábrica Alba actua para quebrar o espírito de luta dos trabalhadores. Estes devem organizar-se e lutar por melhores salários e contra a exploração na empresa.

PREPAREMOS NOVAS VITÓRIAS DOS TRABALHADORES

OS PESCADORES DAS TRINEIRAS DEVEM ORGANIZAR A LUTA

Desde 1955 que os valentes pescadores de Matosinhos, Póvoa, Vila do Conde, Afurada, Murtoza, etc, vêm desencadeando uma série de lutas sem as quais as suas condições de vida seriam hoje incomparavelmente piores. Sem as numerosas lutas dos pescadores da costa algarvia que culminaram na greve de 1964, também a miséria nos lares destes valentes trabalhadores seria bem maior. Da mesma maneira os pescadores de Peniche, depois de algumas lutas, tiveram de recorrer à greve em 1961, para alcançarem melhores salários.

Estas e numerosas outras lutas dos trabalhadores do mar são mais do que suficientes para confirmar que a quase totalidade da melhoria de salários e outras regalias têm sido arrancadas aos armadores e ao governo que os serve, através da luta. Esta realidade tão viva para toda a valente classe piscatória traz, só por si, a incontestável certeza que a melhoria de contratas não pode ficar pendente da benevolência dos armadores ou da demagogia dos governantes e

das autoridades e organismos marítimos.

Valentes pescadores! A experiência que tendes acumulada diz-vos que o período do defeso, tão difícil para vós, é aquele que melhor vos permite organizar a luta contra a exploração e contra toda a espécie de roubos a que estais sujeitos. Por isto mesmo não há tempo a perder. Promovei reuniões e conversas entre camaradas, chegai à fala com pescadores de outras terras, preparai as coisas para que nenhuma companhia assinasse a sua contrata sem que ela esteja dentro das condições que vierem a ser assentes.

ACTUEMOS COM TEMPO nas «eleições sindicais»

A escolha da direcção de um sindicato não é um acontecimento que possa deixar indiferentes os trabalhadores. Se uma direcção é composta de agentes do patronato, de indivíduos corrompidos pelo suborno capitalista, as reivindicações da classe, apresentadas no sindicato, são metidas na gaveta e aí se conservam.

Se uma direcção sindical é composta de trabalhadores honestos, que merecem a confiança da classe, os problemas expostos, as reivindicações formuladas terão deles o apoio correspondente.

A experiência tem-nos mostrando que não se pode deixar a preparação de «eleições sindicais» para o último momento. O inimigo é hábil e manobra para enganar os trabalhadores.

Preparar uma eleição sindical significa agir com tempo. Significa também saber como se vai agir, como se devem escolher os operários que não-de figurar numa lista da direcção proposta pela classe. Significa aproveitar as circunstâncias para debater com os trabalhadores os problemas que mais interessam à classe para que constituam a base da mobilização dos operários para o apoio à direcção designada.

Várias vezes sucedeu que uma direcção escolhida e apoiada à última hora conta com componentes que não preenchem as condições legais, ou porque não têm as cotas em dia ou porque não são sócios efectivos do sindicato. Destes factos se aproveitam os lacaios do patronato, para invalidar a direcção designada e ficarem sós, em campo.

Para que o êxito da luta eleitoral se possa registar é preciso ter em conta todo um conjunto de condições legais, incluindo o do pagamento de cotas e o da natureza de sócios, a fim de não dar o flanco às manobras fascistas e de não invalidar um esforço digno de nota, em torno das eleições sindicais.

IMPULSIONAR E ORGANIZAR MELHOR AS LUTAS EM CURSO

(continuação da 1.ª pág.)

talúrgicos e motoristas da Siderurgia Nacional, salineiros de Alcochete, trabalhadores camarários do Montijo, operários da construção civil do Seixal e outros. Constituiu igualmente um êxito, o resultado da luta dos operários da CUF, que obtiveram subsídio de férias, subsídio de turno, subsídio de baixa a sinistrados e promoções de 70 por cento dos operários.

Utilizando as concentrações na empresa e no sindicato, os abaixo-assinados, a «cera», paralisações e greves, organizando e desenvolvendo a luta com persistência e firmeza, os trabalhadores de vários ramos industriais conseguiram arrancar ao patronato e ao fascismo aumentos de salários e outras reivindicações que vinham reclamando.

Outras lutas estão em curso. Os operários da Têxtil Tejo requerem aumento de salários. Exigem um novo contrato colectivo os empregados da propaganda médica, motoristas, operários da Carris de Lisboa, metalúrgicos, ferroviários, operários papeleiros, empregados de escritório do Sul.

Opõem-se unidos a um roubo de 10\$00 diários nos salários e reclamam aumento junto do sindicato, os operários da Fábrica de Cerâmica da Cova do Gato, em S. Tiago do Cacém.

Através da Comissão Sindical, os operários da A.P.T. do Porto reclamam aumento e reforçam esse pedido com um abaixo-assinado que conta com o apoio de 90 por cento do pessoal, que já foi solicitado a subscrever-lo.

No Porto de Lisboa, os estivadores recusaram-se a fazer horas extraordinárias no descarrego do peixe de Santos.

Entretanto o patronato e o fascismo manobram para torpedear as lutas em curso. Prometendo umas vezes, intimidando outras, lançando boatos confusionistas em certas circunstâncias, os exploradores da classe operária pretendem diminuir a combatividade dos trabalhadores, decepioná-los, fatigá-los, conduzi-los à ideia de que nada se consegue, que não vale a pena lutar, fazer concentrações, paralisações ou greves.

Mas as lutas em curso não podem ficar a meio caminho ou no seu início. São lutas que devem prosseguir sob pena de se verem condenadas ao fracasso, de permitirem a continuação de uma situação intolerável para os trabalhadores.

Para impulsionar as lutas em curso, para as levar a bom caminho, a organização e a acção são indispensáveis. Foi assim que procederam os operários marmoristas de Pero Pinheiro. Eles souberam criar comissões de unidade para conduzir a luta e deram a essas comissões o seu inteiro apoio. Eles souberam utilizar o sindicato, para aí fazerem ouvir as suas reivindicações de aumento de salários. Eles souberam fazer passar a luta da fase das concentrações no sindicato à base da greve, à vitória.

Os organismos de unidade — comissões de unidade e comissões sindicais — representativas dos trabalhadores, são poderosas alavancas das lutas reivindicativas, que permitem uma ampla mobilização dos operários em luta, que facilitam a ligação entre empresas do mesmo ramo de produção, entre sectores da classe operária da mesma localidade, da mesma região ou à escala do país.

Ferrovários, motoristas, metalúrgicos, conserveiros, têxteis, cerâmicos são sectores da classe operária que contam com valiosas tradições de luta. Eles têm sabido bater-se contra o patronato e o fascismo, registando vitórias, que enriquecem a luta dos trabalhadores portugueses.

As lutas que iniciaram não ficarão a meio caminho. Enlaçar-se-ão, partindo da secção para a empresa, desta para a esfera regional e nacional, para se fundirem com outras lutas reivindicativas dos trabalhadores pelo Pão e pela Liberdade, contra a guerra colonial e o fascismo, pelo Triunfo da Democracia.

Os corticeiros devem alargar A VITÓRIA ALCANÇADA

Depois de muitos e muitos meses de luta, os operários corticeiros alcançaram uma primeira vitória que se cifrou num aumento de salários já anunciado

no «Avante!»; 8\$00 para os Homens, 6\$00 para as mulheres e 50% para os salários dos aprendizes.

Esta vitória ainda que importante está longe de poder satisfazer as aspirações dos operários corticeiros, pois ela não corresponde às suas necessidades. O tempo imenso que o patronato, apoiado pelo governo, levou a conceder o dito aumento conduziu já à sua desactualização. A experiência colhida através de mais esta luta ensinou aos valentes trabalhadores da cortiça, homens, mulheres e jovens, que sem luta firme e organizada, sem a unidade dos trabalhadores não é possível vencer, como lhes ensinou também que a luta não pode ser apenas desencadeada quando os trabalhadores estão já com a corda na garganta. Se o custo de vida sobe mês após mês, os salários têm de aumentar de maneira a acompanharem este ritmo. As formas de luta quer nas empresas, quer no sindicato, assim como o aumento da combatividade que elas proporcionam a toda a classe não devem ser desperdiçadas. Após esta vitória parcial, interessa cuidar da organização para passar à ofensiva logo que as condições o permitam.

13 HORAS DE TRABALHO POR DIA NA PAULO ROCCO

Na Fábrica de conservas Paulo Rocco, em Aveiro, trabalham 220 mulheres e apenas 12 homens. Os salários dos homens são de 40\$00 e os das mulheres oscilam entre 22\$00 e 32\$00. A exploração da mão de obra feminina toma formas revoltantes. Aos salários de miséria junta a intensidade de trabalho e o prolongamento da jornada, que atinge 13 horas de trabalho diário, quando o peixe abunda. Em outros momentos porém, a jornada semanal não vai além 3 e 4 dias.

Operárias da fábrica Paulo Rocco! Organizai a acção! Defendei os vossos interesses!

PELA ASSINATURA DE NOVOS CONTRATOS

Perante o crescente ininterrupto do custo de vida, rara é a classe profissional que não se tenha movimentado ou se não esteja movimentando para alcançar aumentos de salários, jornas e vencimentos. A luta pela assinatura de novos Contratos e Acordos Colectivos de Trabalho tem sido uma das formas que maior número de trabalhadores tem mobilizado. Recentemente um novo CCT foi assinado e dele beneficiou a imensa classe dos tipógrafos e litógrafos do distrito do Porto, isto após várias lutas e demarches desta laboriosa classe profissional.

A luta numa base sindical pela revisão dos CCT já ultrapassados está integrada numa linha de massas estabelecida desde

há muito pelo Partido Comunista e confirmada recentemente no seu VI Congresso, ela deve, portanto, ser intensificada. Porém, o facto de que a engrenagem corporativo-fascista está orientada para protelar ou contrariar o mais possível os aumentos de salários e vencimentos, obriga os trabalhadores a não confiar a luta aos sindicatos, mas alargá-la às empresas. É preciso que os trabalhadores se não limitem a aguardar passivamente a assinatura dos contratos e acordos colectivos.

Reduzir a produção (fazer cera). Realizar concentrações nos sindicatos e empresas, etc, e se possível recorrer à greve, são formas comprovadas de luta que podem levar à rápida assinatura de novos contratos e acordos colectivos de trabalho.

A CAMPANHA PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS E CONTRA AS MEDIDAS DE SEGURANÇA

O conhecimento da situação repressiva no nosso país impressiona e revolta homens e mulheres do mundo inteiro e coloca-os ao lado dos patriotas, vítimas das violências e das ilegalidades do regime. A campanha pela libertação de José Vitoriano e de Sofia Ferreira continua a mobilizar a opinião pública internacional e em particular as centrais sindicais e os trabalhadores de muitos países.

As centrais sindicais do Congo (Brazaville), Congo (Leopville) bem como os sindicatos de Guadalupe, Irão, Síria, União Sul-Africana, Arábia Saudita e outros países da África e Ásia tomam posição pública contra a detenção ilegal de José Vitoriano e de Sofia Ferreira, reclamam a sua libertação e a de todos os presos políticos.

O Conselho Central dos Sindicatos Checoslovacos enviou recentemente um longo e documentado protesto ao ministro da Justiça, em que exprime a sua indignação contra as torturas e a nova vaga de prisões.

A conhecida democrata, Maria Luísa Costa Dias Soares empreendeu uma viagem à Argentina, Chile, Uruguai e Brasil, por iniciativa da União das Mulheres Portuguesas do Uruguai e patrocinada por várias organizações democráticas e personalidades de prestígio daqueles países.

Em conferências e reuniões de massas, em entrevistas para os jornais, rádio e televisão, Maria Luísa Soares soube divulgar a dramática situação dos presos políticos, denunciar os métodos policiais e repressivos do regime salazarista, pôr em evidência os resultados da guerra colonial, explicar o quadro da política nacional em que decorre o poder dos monopólios e a sua acção terrorista.

A opinião pública desses países pôde exprimir de várias maneiras a sua solidariedade à luta do povo e dos democratas portugueses.

O Comité Francês pela Amnistia em Portugal acaba de editar uma brochura sobre a situação dos presos políticos e o ambiente dos cárceres fascistas. Nessa brochura denuncia-se igualmente todo o significado das « medidas de segurança » e a aplicação das tortu-

ras sobre os presos políticos que nos últimos tempos vêm tomando proporções cada vez maiores.

Em Portugal, o povo e os democratas prosseguem a luta pela libertação dos presos políticos. O apelo da Comissão Nacional pela Amnistia continua a registar novas adesões de portugueses e portuguesas, que juntam os seus esforços aos de milhares de homens e de mulheres, que no país e no estrangeiro tomam parte activa na luta pela libertação dos presos políticos, contra as torturas e as medidas de segurança.

Crónica internacional A Conferência de Havana

Cuba não é apenas o primeiro território livre e a primeira nação socialista da América. Cuba é hoje também a sede da organização tricontinental, o símbolo da Unidade e da solidariedade dos povos, da sua luta libertadora contra a opressão colonial e o imperialismo, pela defesa da sua independência e das suas conquistas revolucionárias.

Foi em Havana que no passado mês de Janeiro se realizou a Conferência dos povos de África, Ásia e América Latina, na qual participaram 600 delegados e convidados, incluindo os componentes da delegação portuguesa da Frente Patriótica de Libertação Nacional e os representantes de Angola, Guiné e Moçambique.

A Conferência de Havana, aberta pelo presidente da República, Osvaldo Dóricos, foi um dos mais importantes acontecimentos políticos internacionais do novo ano.

Representantes dos países de África, Ásia e América Latina, professando ideias políticas e crenças religiosas diversas, encontraram-se pela primeira vez, para discutir abertamente os problemas que mais afligem a Humanidade e os povos dos três continentes. Esses problemas estão estreitamente ligados ao domínio do colonialismo e do imperialismo e aos males que deles resultam para os povos e nações.

Representantes de 82 países puderam

entender-se na elaboração de uma linha comum de acção contra o colonialismo e o imperialismo. A Conferência de Havana foi, por esse facto uma conferência anti-colonialista e anti-imperialista.

Valorizando a luta de libertação dos povos oprimidos ou dos que recentemente se libertaram do jugo colonial, mostrando o alto significado da ajuda da União Soviética e dos outros países socialistas a esses povos, a Conferência de Havana foi também uma conferência de Unidade.

O imperialismo americano ameaça a paz mundial, interfere brutalmente na vida das nações, procura esmagar a ferro e fogo a justa luta dos povos pela sua liberdade e independência.

A Conferência de Havana denunciou com particular evidência os perigos que advêm para a paz mundial dos actos criminosos e provocatórios dos imperialistas: Estados Unidos no Vietnam, S. Domingos, Cuba, Congo e outras nações.

Por esse facto a Conferência Tricontinental foi igualmente uma conferência de defesa da paz e da independência nacional.

Os 600 delegados reunidos em Havana condenaram com firmeza a guerra criminosa e inadmissível, imposta ao povo vietnamita, pelos bandoleiros americanos. Eles tomaram importantes medidas para ajudarem o Vietnam a libertar-se dos seus carrascos e opressores.

A Conferência de Havana resolveu criar um fundo de solidariedade internacional ao povo vietnamita e reforçar a ajuda multilateral que lhe é prestada à escala do mundo. Resolveu também intensificar o auxílio aos povos que se batem, com o preço da liberdade e da vida, contra os seus opressores e saqueadores.

Por este facto, igualmente, a Conferência de Havana foi uma conferência de solidariedade dos povos de África, Ásia e América Latina.

Faço ao reforço da Unidade e da luta dos povos, as forças reaccionárias dão as mãos, para resistir à derrota inevitável e manobram para manter o seu domínio.

Mas as forças reaccionárias fazem mal as suas contas. Elas não podem evitar que os povos se unam e lutem. Elas não podem impedir, apesar do seu desespero, que representantes de 82 países se encontrem em Havana, vindo de três continentes e ali, a uma escassa centena de quilómetros dos Estados Unidos, do gendarme da reacção, estabeleçam as formas de luta contra o imperialismo, para continuarem o combate pela independência completa dos seus países, pela construção de uma nova sociedade sem escravos e sem senhores.

Cuba é um território livre, São-lo-á também, na Europa, África, Ásia e América Latina os povos que lutam corajosamente pela Liberdade, pela Democracia, pelo Socialismo. São-lo-á igualmente os povos de Portugal e das colónias portuguesas, que empreenderam o caminho da Unidade e da luta.

DOIS MILITANTES QUE DESAPARECEM LUIZA PAULA

Uma vida consagrada à luta

Alfredo Noales Comunista coerente

Com 67 anos de idade e uma vida toda consagrada à luta, morreu Luíza Paula.

Operária têxtil, bem cedo sentiu na própria carne as injustiças e a exploração capitalistas. Mas bem cedo também Luíza Paula entrou na luta contra elas. Presa pela primeira vez, numa tipografia do Partido, onde trabalhava, em 1938, com cerca de 40 anos, foi condenada a 18 meses. Após a libertação, passou à luta clandestina e nela se manteve cerca de 20 anos!

Em 1958 voltou a ser presa e mais uma vez mostrou a sua tempera de militante comunista, mantendo uma atitude de firmeza perante o inimigo.

Permaneceu durante quatro anos na sinistra fortaleza de Casxias. Ao sair em liberdade já não pôde refazer a sua abalada saúde.

Luíza Paula, exemplo frisante de militante operária inteiramente devotada à sua classe, manteve

até ao fim da vida uma fé inabalável na vitória do proletariado e uma confiança indestrutível no seu Partido.

Alfredo Noales, outro camarada que perdemos, era um jornalista competente, um homem simples e sincero, que sabia juntar ao convívio fraterno, a lealdade, a firmeza a abnegação e a coerência do comunista.

Desde muito novo que entrou na luta política, participando activamente na defesa dos interesses da juventude estudantil. Alfredo Noales foi um dos principais dirigentes da luta dos estudantes contra o decreto 40.900 e da inolvidável jornada da juventude estudantil na própria Assembleia Nacional fascista, que levou à supressão do decreto. Lutou com coragem contra a diladura fascista e pelo triunfo da Democracia. Foi um obreiro da Unidade.

A memória de Luíza Paula e de Alfredo Noales presta o «Avante!» a mais sentida homenagem, pelo exemplo edificante das suas vidas.

AUMENTEMOS a recolha de fundos

A realização do VI Congresso do P.C.P. mantém-se viva no coração dos militantes comunistas e dos trabalhadores de Portugal.

Interessa levar à prática as resoluções do Congresso. Para isso o Partido precisa de fundos.

Interessa divulgar, o mais largamente possível todos os documentos do Congresso. Interessa reforçar e alargar o papel do Partido, criando novas organizações, fortalecendo as que já existem. Para isso o Partido precisa de fundos.

Interessa defender o aparelho central do Partido, o seu quadro de activistas, de modo e colocá-los o mais possível ao abrigo da repressão. Para isso o Partido precisa de fundos, precisa de centenas de contos.

Por intermédio do «Avante!» o Partido Comunista Português reforça o seu apelo para que os trabalhadores, os homens e mulheres progressistas, os homens e mulheres da nossa Pátria, para que a sua juventude redobrem de interesse, multipliquem esforços e iniciativas para que não falem ao Partido os fundos necessários para consolidar a vitória do VI Congresso, para assegurar novos sucessos ao Partido Comunista.

Ao trabalho, por uma boa recolha de fundos, camaradas e amigos.

VI Congresso do P.C.P. discutiu e aprovou um documento histórico: o PROGRAMA DO PARTIDO. Nele se definem os características essenciais da revolução democrática e nacional e as formas de luta para pôr fim à ditadura fascista e fazer avançar Portugal ao nível de um país progressivo, livre, democrático e pacífico.

Discutindo e aprovando o Programa, o VI Congresso pôs nas mãos dos comunistas e da classe operária um documento de grande valor político, de amplo poder mobilizador, indispensável para a formação ideológica dos trabalhadores de vanguarda e para a mobilização e consciencialização das amplas massas populares.

- povo em geral;
- 5º — Democratizar a instrução e a cultura;
- 6º — Libertar Portugal do imperialismo;
- 7º — Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência;
- 8º — Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

Arma de luta e de consciencialização política, arma de Unidade, o Programa só pôde valer se ele ganha o coração da classe operária, se ele é largamente divulgado entre o povo e os democratas, se os seus objectivos são estudados e assimilados pelos comunistas e pelos trabalhadores de vanguarda.

ESTUDEMOS E DIVULGUEMOS O PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA

O Programa do Partido não se limita a definir os objectivos da revolução democrática e nacional. Ele apresenta as formas de acção para libertar Portugal da ditadura e do poder dos monopólios. Ele aponta as linhas essenciais de uma política democrática, que sirva os interesses da classe operária e do povo português.

Quais são as linhas essenciais dessa política democrática? Elas estão definidas no programa e devidamente particularizadas:

- 1º — Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático;
- 2º — Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral;
- 3º — Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha;
- 4º — Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do

A edição do Programa do Partido em França

A coroar as fraternais relações existentes entre os Partidos Comunistas Francês e Português e dentro do mais elevado espírito de internacionalismo proletário, o glorioso Partido de Maurice Thorez acaba de editar o Programa do nosso Partido aprovado no VI Congresso. Desta maneira muitos milhares de portugueses exilados ou emigrados em França e mesmo noutros países, podem conhecer o Programa do Partido Comunista Português, que é o Programa da classe operária e da Revolução Democrática e Nacional.

A redacção do «Avante!» responsável pela edição dos principais documentos do Partido aprovados no VI Congresso, saúde o Partido Comunista Francês e todos os amigos que, duma maneira ou doutra, contribuíram para a edição do nosso Programa em França.